

Redacção e administração

R. de S. Martinho

AVEIRO

POVO DE AVEIRO

SEMÁNARIO REPUBLICANO

Officina de impressão
R. de S. Martinho, AVEIRO,
EDITOR, Manuel Homem Christo

Numero 264

AVEIRO—Um anno, 15200 réis. Semestre, 600. Fora de Aveiro, um anno 15300. Semestre 650 réis. Brazil e Africa, anno 25500. Semestre, 12500 réis (fortes).

PAGAMENTO ADIANTADO

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

Publicações
No corpo do jornal, cada linha, 40 réis. Anuncios, cada linha, 30 réis. Permanentes, mediante contrato.
Os ars. assignantes teem desconto de 30 por cento.
NUMERO AVULSO, 30 REIS

5.º Anno

A IMMACULADA CONCEIÇÃO
EM AVEIRO
NÓS E ELLES

A propaganda feita por este periodico, propaganda insistente e continua, profunda, documentada, vem, ha muitos annos, patenteando aos olhos dos leitores que a causa capital da decadencia dos povos latinos é o predominio do catholicismo. Nenhum homem culto, nenhum pensador, tem hoje, no mundo, a menor duvida a esse respeito. Os escriptores mais auctorizados da França, da Hespanha, da Italia, da Inglaterra, da Allemanha, dos Estados Unidos da America do Norte, o affirmam e comprovam.

Roma foi sempre inimiga da sciencia, da emancipação, da liberdade. Conspirou, constantemente, contra o progresso, contra a civilização. Se algumas vezes pareceu transigir foi para mais facilmente enredar o espirito moderno nas suas teias abominaveis.

Mas mudon, ao menos, com o tempo? De modo algum. Parece, até, que peorou. Basta lançar os olhos sobre o que se passa na França, na Italia, na Hespanha e em Portugal. Peorou, incontestavelmente. As suas tendencias absorventes, dominantes, despoticas, são claras, são visiveis.

Portugal é, talvez, das quatro nações da raça latina, a que se encontra em peores circumstancias. Na Hespanha ha hoje um poderoso partido republicano, que é uma garantia. A opposição ao clericalismo attingiu alli um caracter muito serio. Teem-se travado successivas batalhas, em plena rua, entre os partidarios de Roma e os partidarios da democracia. Sente-se resistencia, e resistencia séria.

Na Italia, o espirito anti-clerical é, como se sabe, muito profundo. Enquanto durar a dissidencia entre o Vaticano e o Quirinal, a propria monarchia tem interesse em se oppôr ás ambições da Igreja.

Na França ha um forte partido ultramontano. Mas ha, para lhe oppôr, um grande partido democratico. Roma vae vencida e não tardará a ser subjugada.

Mas em Portugal?

Em Portugal não existe um partido republicano fortemente organizado, como em Hespanha. Não existe um partido republicano triumphante, como em França. Não existe um interesse monarchico opposto ao interesse da Igreja, como em Italia. Sem esquecermos que na Italia, além d'isso, ha um respeitavel partido democratico.

Em Portugal ha uma terrivel influencia, vinda das mais altas regiões, a favor da expansão e predominio clerical. E os partidos monarchicos, em vez de resistirem a essa influencia, curvam-se a ella, acatam-na, docilmente lhe obedecem.

As nossas circumstancias são gravissimas. Teem-se aggravado consideravelmente de 1891 para cá.

Tinhamos uma enorme vantagem sobre as tres nações latinas acima citadas. E é que o espirito clerical nunca foi entre nós tão profundo, como entre ellas. Nunca se infiltrou tanto no organismo nacional. Estavamos em melhores condições para lutar. Mas não luctá-

mos. Os homens liberaes da monarchia abdicaram. Completamente. Sacrificaram o interesse da causa liberal, e do paiz, ao interesse partidario. Na questão religiosa, como em todas. Trataram só de indagar o que agradava, e o que não agradava, ás regiões palacianas. E os republicanos, os influentes, os dirigentes, cruzaram os braços, desalentados uns, convencidos de que os padres poderiam voltar a abençoar a arvore da liberdade, outros, todos separados por despeitos e ambições mesquinhas, todos desunidos, todos roídos pela inveja e pela intriga.

E assim se tem perdido a grande vantagem que a favor de Portugal existia.

E' possivel readquiri-la ainda? Este incidente de Aveiro o dirá. Por isso mesmo, incidente importantissimo.

Importantissimo. Não sabemos se todos os republicanos portugueses terão percebido o alcance extraordinario da questão d'Aveiro. E' possivel que não. E' provavel. E' quasi certo. Pois a responsabilidade dos que mais uma vez cruzarem os braços será tremenda. E nós havemos de regista-la. Ou, antes, estamo-la já registando. E em tempo opportuno trataremos de a apreciar, com o rigor de verdade e de logica que nos caracteriza.

Os republicanos d'Aveiro estão cumprindo o seu dever. A reacção vinha invadindo tudo, sem uma resistencia, sem um protesto sequer. Depois da lei Hintze Ribeiro sobre a questão religiosa, lei que collocou os clericos muito melhor do que estavam, que só a elles favoreceu, o unico protesto que se levantou foi o dos republicanos de Aveiro. Protesto pratico, é claro. Um artigo de jornal pôde ser um acto de propaganda. Não é um acto politico. E os protestos dos republicanos portugueses, se lhes querem dar esse nome, não foram além dos artigos jornalisticos, depois do decreto burla do sr. Hintze Ribeiro. O primeiro que se levantou, no campo pratico, foi este.

O que succedeu, sabe-se. A autoridade administrativa poz-se de cocoras deante da reacção. Impellida por ella, commetteu todas as violencias. Todos os abusos. Levou a desvergonha até ao ponto de armar infames ciladas, a fim de espingardear os cidadãos que, ao abrigo da lei, se reuniam para solemnizar um dos nomes mais brilhantes e mais puros do constitucionalismo nacional.

Descaradamente, brutalmente, cynicamente, o governador civil, convertido em sachristão, prohibiu todas as conferencias e todas as manifestações contrarias ao ultramontano. Em nome da ordem publica. Note-se: em nome da ordem publica. Parece que, com muito mais razão, em nome da ordem publica deveria prohibir a parada ostentosa em honra da Immaculada. Com muito mais razão. A ordem publica não corria perigo nenhum com as manifestações em honra de José Estevão. Não havia nada que a ameaçasse. Mas, depois das vio-

lencias commettidas, depois das arbitrariedades, das affrontas do governador civil, depois do seu faciosismo contra os liberaes, patente o seu injurioso favoritismo pelos reaccionarios, ostentando esse homem, mais do que nunca, um cacique sem pudor, é natural, no estado de irritação em que se encontra o espirito publico, que a procição da Immaculada se converta n'uma grave ameaça á ordem publica.

Comtudo, o governador civil não só não a prohibe, como a aconselha, como a incita.

D'onde se vê que a ordem publica era um simples pretexto para o sr. Carlos Braga praticar villanias contra os liberaes. Unicamente. O seu amor pela ordem publica não é nenhum. Antes, é elle o primeiro a provocar impudicamente a desordem.

N'estas condições, que fazer? Recuar? Cruzar os braços? Curvar a cabeça? E' a sentença de morte do partido liberal.

Se mais uma vez fica provado que os liberaes, ou os republicanos e socialistas, que já não ha outros liberaes no paiz, limitam os seus protestos a escrever artigos balofos nos papeis, ou a soltar, sem alcance politico, meia duzia de vivas nas ruas, é melhor abandonar o campo inteiramente aos clericos. E' mais digno. D'essa forma, não seremos, ao menos, ridiculos, alvo da risota e da troça de toda a gente.

E' n'isso que está a importancia extrema d'esta questão d'Aveiro, e é por esse prisma que a devem encarar os liberaes, os republicanos portugueses. Se em Aveiro se organiza, no dia 11, uma manifestação imponente, que infunda temor e respeito á clericalha, o espirito liberal recebe, em todo o paiz, um util e proveitoso estímulo. E os ultramontanos ver-se-hão obrigados a ser, de futuro, menos insolentes, mais cautelosos, mais respeitadores, mais prudentes. Se a parada clerical, depois de tudo quanto tem acontecido, se realiza triumphante, sem opposição, sem serio protesto, sem resistencia, o espirito democratico soffreu mais um grande desaire, mais um desprestigio, mais um golpe profundo de que difficilmente se levantará.

Os republicanos d'Aveiro cumpriram o seu dever. Que o cumpram tambem os republicanos de todo o paiz. Os reaccionarios, para as suas paradas jesuiticas, não teem contido, não contam: apenas, com os recursos locais. Os republicanos de Aveiro seguem-lhes o exemplo, que n'essa parte, como em outras, é digno de ser tomado em consideração.

Nós seguimos-lhes o exemplo. Não contamos, não podemos contar, exclusivamente, com os nossos recursos. Teremos do nosso lado a multidão liberal da cidade, as classes trabalhadoras, o povo. Mas, para uma grande e imponente manifestação, que obrigue toda a clericalha do paiz a retrahir-se, a concentrar-se, que mostre ás altas regiões do poder que a nação portugueza está resolvida a trilhar um caminho energico, não basta.

Para isso é necessario que aqui se junte tudo quanto de viril e corajoso exista por esse paiz fóra. Vamos a elles. E' indispensavel. E' urgente. Não se esqueçam do grande va-

lor politico, do grande valor nacional, que esta questão reveste.

A elles. A elles. Sem hesitações. Sem trepidar.

Não fomos nós que os provocámos. Foram elles que nos provocaram a nós.

Insolentemente. Affrontosamente. São elles os pimpões. Não somos nós.

Pois bem. Assim o querem, assim o tenham.

Aceitemos a luva, que nos arremessam.

Fallecimento

Falleceu em Agueda a ex.^{ma} sr.^a D. Augusta de Macedo da Camara, esposa do sr. conselheiro Albano de Mello, e mãe dos srs. drs. Manuel Homem de Mello e Antonio Homem de Mello.

Era uma veneranda senhora, altamente apreciada pelos altos doctores do seu coração.

D'aqui acompanhamos o sr. Albano de Mello e seus filhos na dôr profunda que soffreram.

Em signal de lucto pela perda da respeitavel senhora esteve hasteada a bandeira da Associação dos Bateleiros e Mercanteis da Ria de Aveiro, da qual a virtuosa senhora era desvelada protectora.

"O DEBATE,"

Suspendeu a publicação este nosso prezadissimo collega de Lisboa. O Debate era um jornal que honrava, como poucos, a imprensa portugueza. Bem redigido, bem orientado, com uma elevação d'idéas e de phrases pouco vulgar, O Debate tentou iniciar uma era nova no jornalismo republicano. Não o conseguiu, com tristeza se deve confessar. O publico parece preferir a intriga de soalheiro, a descompostura ignobil, a descripção de obscenidades, de crimes, de porcarias de toda a ordem. Não admittie ainda a discussão serena, a propaganda elevada dos principios, a polidez de termos, a abstenção de processos baixos e indecorosos. E assim O Debate morreu onde vivem outras gazetas que são uma vergonha. Que fazer?

Cumpra-se o destino.

Pela nossa parte, lamentamos vivamente a falta do honrado e denodado campeão da causa democratica.

Fabrica de Moagens

Está já em plena laboração a nova Fabrica de Moagens dos Santos Martyres, produzindo excellente farinha, que dá um admiravel fabrico de pão.

A nova fabrica está montada com apparelhos modernissimos, a ultima palavra n'essa industria.

Foi um serviço importantissimo prestado a esta região.

N'um dos proximos numeros voltaremos a falar sobre esse assumpto.

II DE SETEMBRO

A Commissão Municipal Republicana d'este concelho vae dirigir novo convite a todas as associações operarias e politicas do paiz, de caracter liberal, para que mandem a Aveiro os seus delegados no dia 11 de Setembro.

Tambem se vae dirigir, para o mesmo fim, isto é, para que venham a Aveiro n'esse dia, a todos os individuos conhecidos pelas suas opiniões democraticas.

As adhesões, independentes de convite, já são numerosissimas. O «Norte» e a «Voz Publica» falam em resoluções tomadas por muitas associações do Porto, e grupos de operarios da mesma cidade, para aqui virem em grande numero no dia da parada jesuitica. A «Folha do Povo», de Lisboa, fala do projecto popular d'um comboio excursionista, que n'esse dia conduza da capital a esta terra centenas de democratras.

Até já ao estrangeiro chegou o echo das façanhas do sr. Carlos Braga. Varios jornaes operarios de Hespanha, Italia e França, falam n'ellas, nos termos energicos dos jornaes republicanos portugueses, annunciando que no dia 11 de setembro será a parada jesuitica.

Vejam como o sr. Carlos Braga se immortalou! Como o seu nome se tornou europeu! Como por essas europias fóra se vae sabendo que no dia 11 de Setembro haverá em Aveiro uma parada jesuitica, como acto de despotismo e de força, como provocação audaciosa, depois das violencias commettidas na semana anterior a 11 de Agosto, lançada á face de todos os liberaes!

No congresso dos livres pensadores, que se reúne em Roma no proximo mez, sabemos nós, positivamente, que será tratada a questão de Aveiro, com o estigma merecido pelos reaccionarios. Os ultramontanos apregoam, por ali, que o sr. governador civil promette fuzilar todos aquelles que apparecerem nas ruas em 11 de setembro, dispostos a contrariar a parada da clericalha.

Ai, meninos, que ali nos estamos nós rindo! Digam ao governador civil que elle não levam escriptos.

Vão a quem calha. O auctor do Bigodinho quer machar fuzilar? Pois então, d'essa vez, tanto ha-de fuzilar os liberaes, como ha-de fuzilar os carolas. Ha-de ser quem andar na rua. E como os liberaes estão nas melhores intenções, não terão duvida nenhuma em se aliar através dos carolas. E os carolas, que são piedosos, que amam o processo como a elles mesmos, não praticarão a obra cruel, deshumana, contraria aos bons preceitos religiosos, de negar protecção e abrigo aos liberaes.

E, se fôr preciso, pedem ao apaixonado de Santa Rosa de Viterbo que chame em caridoso auxilio dos opprimidos o seu puro e santificado amor.

Emfim, não ha de faltar onde os liberaes se esondam. Vae lá o José Serrano, o Papa-Sellos, o Lontro, e outros muitos, que, afinal, são almas piedosas, sempre promptas a acudir em auxilio dos necessitados. Digam mal d'elles, se quizerem. A verdade é que o dia 11 nunca é tão feio como o pintam.

Mas que pateta de governador civil! Para que anda este homem a fazer provocações? Para que anda

a proclamar violencias? Para que anda a ameaçar?

Isso só pôde ter effeito contra-producente. Ninguém quer attentar contra o culto, já o dissémos. Ninguém está na intenção de fazer desordens. A questão, já o dissémos também, é simples. Se o sr. governador civil permite cortejos aos jesuitas, também os ha de permittir aos liberaes. Ou se quiz prohibir uns, queira também prohibir outros. Mais nada. A questão resume-se n'isso.

Se o cortejo dos jesuitas é legal, também o é o dos liberaes. Queriam que nós respeitásemos o d'ellos? Pois respeitassem o nosso. Respeitem-no ainda, se pôdem.

D'aqui não sahiremos. Não se matem: d'aqui não sahiremos. E não de vêr se temos medo de ameaças. Não temos. Convençam-se bem de que não temos.

Outra insensatez: contava *O Norte* — e é verdade — que os reaccionarios affirmam que a procição tem mais o caracter de procição de desaggravo, por causa das pedradas ao bispo, do que d'outra coisa.

Mas que brutos! A-espicaçarem o publico! A lembrarem actos passados, peccados velhos, coisas de que já ninguém se recordava!...

E somos nós os provocadores! Descansem. Não haverá do lado dos liberaes provocação alguma. Mas não cedêrão nem um passo no terreno da justiça.

Calcaram a lei aos pés. Atropelaram o direito. Commetteram quantas violencias quizeram para impedir todas as manifestações em honra de José Estevão. E agora consentem aos reaccionarios tudo quanto elles querem.

Alto. Fosse ao menos eguaes no arbitrio, se não queriam ser eguaes na lei. O que é para uns, é para todos.

Vae agora vêr o sr. governador civil, e os carolões que o inspiraram, que não é facil mangar com quem está resolvido a defender os seus direitos.

Ora vamos a vêr quem tem medo dos fuzilamentos e das ameaças. Vamos a vêr, vamos a vêr.

Eis uma bella festa, liberaes de todo o paiz.

Ao menos sahimos d'esta monotonia e d'esta apathia covarde, que tem sido a vergonha d'um povo.

João de Menezes

Abriu banca de advogado em Lisboa este illustre publicista, que tão superiormente dirigiu *O Debate*. É uma ventura para aquelles que tenham necessidade, aliás lamentavel, de recorrer aos tribunaes. Porque se ha coisa apreciavel é um advogado intelligente e honesto, qualidades muito raras, muito difficeis d'alliar na advocacia.

O que abunda, n'esse campo, é a falta de escrupulos, é o egoismo sordido, é a torpe especulação. Advogados intelligentes não ha muitos, porque a intelligencia não anda aos pontapés. Mas advogados escrupulosos, que ponham a justiça e a verdade acima do interesse, ha menos ainda.

Ora o sr. dr. João de Menezes, sendo muito intelligente, é honestissimo, homem para fazer da sua profissão um verdadeiro sacerdocio.

Cosa rara!

Por isso é motivo para felicitar os que tendo a desgraça de recorrer á justiça encontram, no meio d'essa desgraça, um advogado de tal ordem.

TRANSCRIPÇÕES

Quasi todos os jornaes republicanos do paiz tem transcripto, no todo ou em parte, os ultimos artigos e supplementos do «Povo de Aveiro».

O «Futuro», do Olhão, transcreveu também o nosso ultimo artigo sobre duellos.

ESPECULADORES

De nada valem as especulações dos francaceos. A verdade é que os mais perigosos reaccionarios são elles, e só elles.

Sobre isto já ninguém se illude em Aveiro.

Ha dias, um antigo republicano, hoje partidario do sr. João Franco, perguntou aos progressistas porque não repudiam elles o governador civil. E porque não repudiam os francaceos os homens do *Campeão das Provincias*?

Foram ou não foram os homens do *Campeão das Provincias* os inventores da procição da *Immaculada*? São ou não são esses homens reaccionarios da peor especie? E' ou não é o *Papa-Sellos* um dos inspiradores e magnates do mesmo *Campeão das Provincias*? E' ou não é o mesmo *Papa-Sellos* amigo intimo, companheiro, conselheiro do governador civil? E' ou não é o *Campeão das Provincias*, e a sua gente, do partido dos francaceos? Então, como se atrevem a invectivar os progressistas?

Os progressistas andam mal, sem duvida, em não repudiar o governador civil. E elles, que vivem na melhor harmonia com *Papa-Sellos* e quejandos?

Se o governador civil tem auxiliado algumas vezes a politica progressista, agora auxiliou a politica reaccionaria, representada em Aveiro pelos francaceos. E tanto que os mariolões, que estavam fartos de dizer as ultimas a Carlos Braga, quasi que o defenderam quando elle commetteu as maiores violencias contra a liberdade. Só vieram emendar a mão quando perceberam que todo o mundo lhes tinha conhecido a torpe especulação.

Emendar a mão na apparencia. No fundo, quem elles atacam violentamente é quem defendeu e defende a causa democratica. O objectivo dos mariolões, o seu verdadeiro objectivo, são os republicanos, que pretendem intrigar, embaraçar, desprestigiar, infamar. O seu odio é contra esses. Não é contra mais ninguém.

Mas toda a gente os percebe. No meio de todos os seus berreiros, que causam verdadeira repugnancia, tão baixos elles são, uma coisa resalta aos olhos de todos: é o proposito de ferir a propaganda democratica. Esse proposito ficou evidente. Evidentissimo. Porque? Porque são liberaes? Ignobeis especuladores!

Porque não se limitaram, desde o principio, a atacar o governador civil? Porque principiaram logo, mesmo antes do governador civil ter praticado qualquer violencia, a atacar os promotores da homenagem a José Estevão?

Ainda ninguém sabia o que o governador civil iria fazer e já os tratantes se esfalfavam a lançar o descredito sobre a projectada homenagem ao grande tribuno, com as torpes insinuações e as mentiras descaradas que lhes são inherentes. Atacar, sem provocação, sem proposito, sem motivo, sem necessidade, os principaes promotores da manifestação liberal, era, innegavelmente, atacar a propria manifestação. Levar a má fé até ao pon-

to de avançar que se deturpavam as palavras de José Estevão, que se apontava José Estevão como atheu e republicano, era, innegavelmente, dar provas, não só de torpeza, que essa já não merecia reparos, mas de fe-roz espirito reaccionario.

Para combater a manifestação liberal nenhum reaccionario confesso empregaria mais torpes expedientes.

Isto faziam os bandalhos, — e estamos-nos referindo a todos, sem distincção, porque todos são solidarios na infancia desde que não protestaram, nem protestam contra ella, — isto faziam os bandalhos, dizemos, antes do governador civil ter denunciado os seus intentos. Foi logo que se lançou a idéa de protestar contra a parada jesuitica. Depois veio a violencia do governador civil que, como todos viram, quasi que nem lhes mereceu censura. Veio o abuso de auctoridade, commettido pelo commandante da força de cavallaria, que não lhes mereceu censura nenhuma. Veio a manifestação do dia 14, feita por tantos democratas sinceros, por tantos homens illustres que honraram esta terra, e nem uma palavra de sympathia e homenagem.

Pois pôde haver a menor duvida sobre o verdadeiro espirito que anima esses tratantes?

Atacavam o governador civil porque o governador civil não lhes favorecia o arranjinho politico. Sómente. Em que valem alguns d'esses tratantes mais do que Carlos Braga? Se Carlos Braga fosse d'elles era uma pessoa *dignissima*. Lá os tem eguaes, ou peores. Voltam agora a atacar, porque se sobressaltaram com o estado da opinião publica. Mas a ataca-lo pro-fórma. Simplesmente. No fundo, quem elles atacam com rancor, com odio, com sanha feroz, são aquelles que tem passado a vida a defender a causa democratica, e a dignidade e os interesses d'esta terra.

De resto nada ha que admirar. O sr. João Franco, depois de ter sido o auctor das leis mais infamemente attentatorias da liberdade que a nação tem visto nos ultimos cincoenta annos, é o chefe monarchico mais cauteloso, de todos, em poupar a reacção ultramontana. Vejam se elle disse uma palavra quando foi do incidente Calmon. Vejam se elle tocou, sequer, na questão religiosa, a mais importante de todas, quando andou pelas provincias a expôr o seu programma.

Isto quanto ao partido francaceo, em geral.

O partido local, esse é composto de antigos reaccionarios, por um lado, de bandalhos e miseraveis apostatas, pelo outro.

Que havia a esperar? Se os progressistas se abstiveram, os francaceos hostilizaram vivamente a manifestação liberal.

Eis a verdade.

E', pois, melhor que não censurarem os progressistas para se elevarem a si. Os progressistas andam mal em poupar o governador civil. Mas os francaceos só andarão bem quando, pelo menos, repudiarem os que se serviram agora do mesmo governador civil para offender a liberdade. Esses, não foram os progressistas. Foram os amigos dos francaceos.

O governador civil será aliado do grupo progressista dominante. Mas o *Papa-Sellos* é aliado dos francaceos.

Então calem-se, que só os republicanos tem auctoridade para censurar uns e outros.

De visita a seus queridos paes e mais familia, esteve no domingo da manifestação liberal e segunda-feira immediata em Aveiro, o nosso patrio e amigo, José Dias da Costa, primeiro empregado n'uma importante casa commercial do Porto.

Retirou para aquella cidade na terça feira pela manhã, não podendo demorar-se mais tempo entre os seus, devido aos serviços que lhe estão confiados.

A *Commissão promotora dos festejos a José Estevão faz publico que começou já a distribuir pelos srs. subscriptores as quantias com que se dignaram concorrer para os citados festejos, que não foram realizados em consequencia das zelosas imposições do sr. governador civil Carlos d'Ameida Braga.*

Mais declara que tendo recebido dinheiro anonymamente, não podendo, portanto, saber a quem de direito pertence, o destino que pensa dar-lhe é distribuil-o pelos pobres indigentes das duas freguezias da cidade.

O ultimo signatario está encarregado de fazer entrega das quantias aquelles dos srs. subscriptores que se apresentarem a reclamá-las no seu estabelecimento, aos Arcos, até ao dia 15 de setembro proximo.

Aveiro, 26 de Agosto de 1904.

A COMISSÃO

Araldo Ribeiro
José Gonçalves Gamellas
Francisco Casimiro da Silva
Antonio Maria Ferreira
Bernardo de Souza Torres.

Cartas d'Algures

26 DE AGOSTO.

Recebemos um manifesto da direcção da *Associação dos proprietarios de padarias do Porto*, defendendo o limite das padarias.

Já aqui expozemos, a tal respeito, a nossa opinião, em carta publicada em 31 de julho.

O manifesto está mal escripto, confuso, contradictorio, sem correcção de forma e sem força de logica. Não estuda a que-tão desde a sua origem, como deveria, desenvolvendo e commentando o que se tem passado desde a primeira lei sobre cereaes. É tão infeliz que defendendo o regimen cerealifero, no fim d'conta a causa unica da questão que se debate. Ou não o sabe atacar, que é peor ainda do que defende-lo. Enfim, é, sob todos os pontos de vista, um documento inferior, que mais compromette do que favorece os interesses dos proprietarios de padarias.

Impressiona mal. E sabe-se como muitas questões boas se perdem por serem mal defendidas.

Mas, pondo isso de parte, não ha duvida nenhuma que o consumidor tem tudo a ganhar, por enquanto, e nada a perder, com o limite das padarias. To-la a gente no Porto grita contra esse limite, como diz o manifesto? Porque toda a gente neste paiz anda desvairada, sem saber o que quer, nem o que diz. Estamos fartos de o provar.

Nem o proprietario, nem o operario, nem o consumidor podem ter o menor interesse na ruina d'uma industria. Já o dissémos e não cessaremos de o dizer. São interesses que se conjugam. Pôde a industria estar prospera e não ganhar o operario nem o consumidor. Esse caso é outro. Mas quando a industria está arruinada não ganha ninguém. Perdem todos. Ora o que falta averiguar é isto: está prospera a industria de panificação?

Pelo manifesto que temos presente vemos que se distribuiu outro, ha dias, no Porto, clamando contra os proprietarios das padarias, por isso que vendendo-se o pão, no estrangeiro, a 60 réis o kilo, em Portugal se vende pelo triplo.

A 60 réis, não. Chega a vender-se a 45 réis, como em Londres, pão magnifico, de melhores farinhas e mais bem fabricado do que entre nós. Mas o que quer isso dizer, se o padeiro de Londres, vendendo o pão a 45 réis, ganha muito mais do que o padeiro de Lisboa e Porto vendendo o pelo dobro?

Que falta de consciencia, do serio-lado, de senso commum, com que em Portugal se tratam todas as questões!

E' como dizer-se que um kilo de pão custa entre nós o triplo de 60 réis. Argumento de má fé, má fé que em tudo caracteriza esta raça de inquisidores. Temos ainda, também estamos fartos de o escrever, todos os vicios, todos os habitos perversos da cambada jesuitica. Pesa sobre nós, espantosamente, a influencia da tradição clerical.

Entre nós só não tem preço o pão de luxo. Deixou-se ao padeiro essa folga, e com justiça. Quem quer luxos, pague-os. Pague o uso e o abuso. Mas o preço do pão de familia (400 e 500 grammas) e o preço do pão d'uso commum (1000 grammas) está regulado na lei. Em caso algum pôde ser superior a 90 e 80 réis o kilogramma.

Não sabia isto quem espalha no Porto o tal manifesto dizendo que o pão em Portugal custa o triplo de 60 réis? Sabia, mas o caracter nacional é esse: não olhar aos meios para chegar ao fim. E' o veneno clerical, que saturou muitos d'aquelles mesmos que se dizem inimigos da reacção, ou livres pensadores.

E' certo que em algumas localidades não está o pão regulamentado, nem existem os typos fixados na lei. Mas de quem é a culpa? Pecam a responsabilidade a quem tem a culpa d'esses relaxamentos.

O preço do pão de familia nunca pôde ser superior a 90 réis. O preço do pão d'uso commum nunca pôde ser superior a 80 réis. As fabricas de moagem são obrigadas a produzir, pelo menos, tres typos de farinha, sendo as percentagens de extracção da 1.^a e 2.^a qualidades 20 e 40 por cento, nos preços, respectivamente, de 100, 90, e 82 rs., em Lisboa, e mais 3 réis no Porto. São garantias sufficientes. Mas ha abusos? Ha falsificações? Ha poucas vergonhas? Ha. Ninguém, na imprensa portugueza, as tem denunciado e combatido mais do que nós. Com clareza e com verdade. Porque as consentem?

Os moageiros abusam. Os padeiros abusam. Mas os manipuladores também abusam. Se o jornalista portuguez tivesse senso moral nunca descia á torpe adulacção das multidoes. Cumpria a sua missão de justiça, a sua altissima missão educadora, dizendo a verdade a todos.

Devem-se reprimir os abusos, corrigir, combater. Mas, como já dissémos, — porque, afinal, não estamos repellido senão o que tantas vezes aqui temos dito, — mas muitos d'esses abusos, muitas d'essas falsificações, muitas d'essas poucas vergonhas resultam, precisamente, das pessimas condições da industria. Não basta castigar, é preciso, acima de tudo, prevenir. Um povo moral, justo, educado, com a consciencia da sua missão humana, procura muito mais, com leis sábias, evitar, prevenir o mal, do que castigá-lo. E um dos meios de prevenir os abusos dos moageiros e dos padeiros seria ter, de ha muito, limitado o numero de fabricas e o numero de padarias.

A causa capital da careza do pão está na careza do trigo. Esse padeiro de Londres, que vende o pão a 45 réis o kilo, alem de muitas outras vantagens sobre o padeiro portuguez, tem a de comprar a farinha pela *terça parte* do preço que ella custa em Portugal. O trigo na Inglaterra custa quasi a *quarta parte* do que custa entre nós. Isto bastaria, sem mais vantagem nenhuma, para que o padeiro inglez, vendendo o pão a 45 réis o kilo, ganhasse mais do que o padeiro portuguez vendendo-o a 90 réis. Bastaria isso. Mas o padeiro inglez tem muitas outras vantagens sobre o padeiro portuguez. Uma d'ellas é não estar na contingencia absoluta d'um pessoal desmoralizado, mal educado, indisciplinado, commettendo abusos a toda a hora. E' preciso dizer-se isto, que, por nós, cada vez e estamos menos resolvido a deixar de dizer a verdade. Se não adulosmos o rei, nem os altos magnates, nem os monopolistas, nem os syndicateiros, nem os capitalistas, também não adulosmos o povo, nem os pequenos, nos seus vicios ou desregramentos. Os padeiros de Lisboa estiveram muito tempo na dependencia quasi absoluta dos manipuladores, que dispunham das vendas, alem de todos os actos de indisciplina e má vontade, — demostros-lhe este nome suave — que caracterizam varias classes sociais, sempre promptas a falar nos seus direitos, mas demasiadamente remissas em cumprir os seus deveres. Na Alemanha, em França, n'outros paizes, as donas de casa não dividiam ir, ellas proprias, ou mandar os filhos, quando não tem creados, comprar o pão á padaria. Vantagem enorme. Só essa, para o padeiro estrangeiro, que fica livre do intermediario, elemento sempre terrivel em todas as industrias. Em Portugal, os nossos habitos de *fidalgia*, tão prejudiciaes em tudo, não dispensam que o moço de padeiro nos venha trazer o pão a casa. Isto collocou muito tempo o padeiro de Lisboa n'uma terrivel dependencia, por isso que o moço era, por assim dizer, o dono da freguezia. Só com a constituição das companhias de panificação foi diminuindo essa dependencia, muito prejudicial para os interesses do dono da padaria, sem deixar de ser prejudicial para os interesses do consumidor, que paga sempre, ou mais ou menos, d'um modo ou do outro, os lucros que não dispensa, e os embaraços e difficuldades da industria.

Hoje, a situação mudou, em Lisboa, para as proprias padarias que se conservam independentes. Mas mudou, devido, unicamente, á constituição das companhias de panificação. Só a isto. A estas devem as padarias independentes os seus lucros, que tem sido grandes, e a melhoria de reacções com os

CARLOS BRAGA

O sr. governador civil não é homem atilado. E', antes de tudo e acima de tudo, um pateta. No entanto, não será tão idiota que não haja percebido, a tempo, a situação difícil que os seus ultimos attentados lhe viriam a crear na localidade.

Porque os não evitou? Das duas, uma: ou porque recebeu ordem superior para os praticar, ou porque sabia que, praticando-os, ganhava sympathia e favor nas altas regiões.

O sr. Carlos Braga não é homem de escrúpulos, como varios factos o teem demonstrado. Pouco se importa, pois, que o vulgo faça da sua pessoa uma idéa deploravel. O que elle quer é que o tomem em consideração aquelles que dispõem do *bolo nacional*. Ora isso conseguiu-o, diga-se a verdade.

Os francaceos gabam-se de que o leyaram a consentir nas manifestações em honra de João Franco, apesar de João Franco ser mais odiado nas alturas do que os republicanos. Uma fanfarronada ridicula, como outra qualquer. Mais odiado do que os republicanos! Esta fanfarronada não é só dos francaceos d'Aveiro. E' dos francaceos de todo o paiz.

Ora João Franco será particularmente odiado pelo sr. Hintze Ribeiro. Mas os republicanos são particularmente odiados por quem pôde muito mais do que o presidente do conselho.

E' só essa *pequena* diferença. João Franco foi o engrandecedor do poder real. Foi o auctor da reforma eleitoral, da lei de 13 de fevreiro e d'outras leis não menos infames. E' um *querido*. Hoje em desgraça. Amanhã talvez em graça. Em todo o caso um creado de farda, prompto a beijar humildemente a mão do patrão sempre que este queira.

Carlos Braga não se engrandecia prohibindo á má cara qualquer manifestação em sua honra. Pelo contrario, podia-se *comprometter*. Não era serviço que ficasse registado em sua honra, e ninguém sabe o que será o dia de amanhã. Acima das graças do presidente do conselho ha outras de muito mais valor para Carlos Braga. Só as graças da *catholica*, que sejam. E sob esse ponto de vista Carlos Braga não é tolo.

Mas prohibindo as manifestações em honra de José Estevão, ainda que para isso não tivesse recebido ordem superior, Carlos Braga tinha as graças de *todas* as infancias do paiz. Até as de João Franco. Até as dos francaceos de Aveiro, que, como n'outro logar dizemos, só para armar ao effeito censuram, aliás á ultima hora, o governador civil, applaudindo no fundo o *castigo* d'aquella *canalha*, para a qual o sr. Jayme Lima pedia *repressão*, na imprensa e no parlamento.

Lembrámos aqui a maneira efficaç, a unica, de Aveiro aniquilar o governador civil: o processo posto em pratica pelos irlandezes contra as auctoridades inglezas. Quem o adoptou? Fizeram troça, ainda em cima. Então aguentem-no e não tentem illudir ninguém com torpes especulações.

De injurias está-se rindo Carlos Braga, que, como já dissémos, é homem sem escrúpulos.

Que lhe importa a Carlos Braga a opinião local? Não é essa a que lhe dá pão. Vae mandando, vae atropellando, vae carregando, impunemente, para gosar fóra de Aveiro a recompensa d'esses atropellos, recompensa que ha de vir e que ha de ser chorada. E os de Aveiro ficarão a olhar para elle asnaticamente.

Mas não succederia isso se os aveirenses fizessem o que os irlandezes, mil vezes, com exito extraordinario, fizeram ás auctoridades inglezas. Se todos, em peso, lhe voltassem as costas, deixando-o entregue ao *Carrasco*, ao *Papa-Sellos* e á policia. Se fizessem uma propaganda tal que afugentasse os hospedes do hotel em que elle se hos-

pedasse. Se se negassem a vender generos de qualquer ordem ao hotel, ou casa em que elle estivesse. Se o tratassem como um verdadeiro empetado.

Sabe toda a gente, que tenha mais alguma illustração do que a biltraria commum dos francaceos, que foi esse o processo adoptado pelos irlandezes contra as auctoridades inglezas.

Mas os irlandezes são os irlandezes.

Sim, os irlandezes são os irlandezes. Nem todos podem ter esse brio e essa energia. Mas quem o não pôde ter, cala-se, que é o unico recurso honrado.

Esses biltres a injuriarem o governador civil, trocando dos recursos praticos de que a cidade, se elles e os progressistas quizessem, poderia muito efficaçmente lançar mão, são verdadeiramente nojentos.

No fundo, o governador civil, agora, só fez o jogo d'elles e só pôde merecer, por isso, os seus applausos.

E' preciso *acorrentar a canalha*, como dizia o sr. Jayme de Magalhães Lima.

E eis tudo.

São uns Barras

O *Progresso de Aveiro*, de que é redactor o sr. José Eduardo d'Almeida Vilhena, reaccionario das pontilhas, não disse uma palavra sobre a manifestação democratica do dia 14, em Aveiro.

São uns Barras!

E' verdade que o *Progresso* pôde dizer: «Eu não disse bem nem mal, mas os outros disseram mal.»

Tem razão. Mas fraca attentante!

CONTRA A TUBERCULOSE

Do nosso illustre coreligionario, sr. dr. Estevão de Vasconcellos, recebemos, ha duas semanas, a carta que se vac lêr, e que não publicámos nos dois ultimos numeros por terem sido destinados, exclusivamente, á questão clerical.

Devemos dizer que não visámos o sr. dr. Estevão de Vasconcellos, a cujos dotes de intelligencia e de caracter nos apraz prestar homenagem. O sr. dr. Estevão de Vasconcellos tem sido sempre um trabalhador honesto. Velho republicano, não tendo sido nunca outra coisa desde os bancos das escolas, de fórma alguma o podiamos incluir no numero d'aquelles que se limitam a pedir a extinção do microbio, desdenhando da politica, ou que vão para os congressos, hypocritamente, ou torpemente, que é o termo, combater abusos e crimes que alimentam com o seu apoio partidario, ou que sancionaram e sancionam com a sua palavra e o seu voto como parlamentares.

Gostosamente, pois, publicamos a sua carta, e não só a carta como as conclusões a que se refere, que devem ser do conhecimento geral, e que em Aveiro teem particular interesse, por ser esta uma das terras do paiz mais dizimadas pela tuberculose, assumpto que trataremos n'um dos proximos numeros, e então teremos occasião de nos referir a algumas das conclusões apresentadas pelo sr. dr. Estevão de Vasconcellos.

E' uma questão interessantissima, importantissima, que não deve ser desprezada pelo jornalismo que tenha em conta a sua missão humanitaria, progressiva e civilisadora.

... SR. REDACTOR
Meu Illustre Coreligionario, —

N'um artigo intitulado *Contra a tuberculose* diz o *Povo de Aveiro* que no ultimo Congresso de Coimbra não abundou a sciencia, nem a consciencia, e que alguns congressistas vociferaram e gritaram como os mais infimos *meatingueiros*.

Como eu fui o relator, n'esse congresso, d'um dos pontos mais importantes que lá foram discutidos—as obrigações do Estado para com os tuberculosos pobres—e como precisamente esse ponto envolve materias que tanto podem ser tratadas n'um comicio como n'um congresso de medicina, é muito possivel que as allusões do *Povo de Aveiro* me digam respeito.

N'esta duvida tomo a liberdade de lhe offerecer as conclusões que apresentei ao referido congresso.

Pôde ser que ellas não mereçam o seu applauso; pôde ser que v. discorde da minha orientação e não accete os meus alvitreos.

Mas o que lhe posso assegurar é que o meu trabalho, bom ou mau, importante ou insignificante, é um trabalho consciencioso e que para o elaborar recorri durante tres mezes a todos os elementos de estudo de que pude lançar mão.

Pôde tambem ser que se v. assistiu á sessão do congresso, em que as minhas conclusões foram discutidas, lhe tenha parecido que eu vociferei e gritei como o mais infimo *meetingueiro*.

Mas o que tambem lhe posso assegurar é que, no pequeno espaço de tempo, que me foi concedido para falar, eu expuz, em linguagem bem concisa, um grande numero de factos e argumentos, que ainda não soffreram contestação, que v., mesmo, talvez não consiga rebater por completo quando o seu extracto for publicado nas actas do Congresso.

De v., com a maior consideração e estima.

Villa Real de S.
Antonio 9 - 8 - 904.

Coreligionario, etc,
ESTEVÃO DE VASCONCELLOS.

QUESTÃO N.º 13—Obrigações do Estado para com os tuberculosos, por ESTEVÃO DE VASCONCELLOS (Villa Real de S. Antonio).

CONCLUSÕES:

1.ª—Para que o Estado possa cumprir as suas obrigações para com os tuberculosos pobres e para que estes possam tirar o devido proveito das condições essenciaes—em todo e qualquer paiz—o derramamento da instrução pelo ensino primario obrigatorio e o levantamento do nivel moral pela acção dos tribunaes, pelo cumprimento das leis e pelo exemplo da parte do proprio Estado d'uma administração regrada e honesta.

2.ª—Constituindo os sanatorios—barracas—para os tísicos pobres curáveis e os—hospitales especiaes ou—azylos para os incuráveis uma necessidade imprescindivel, cabe ao Estado o dever de auxiliar a sua instalação por todos os meios ao seu alcance.

Para que possessem existir sanatorios em numero necessario para todos os tuberculosos pobres seria necessaria a implantação do seguro obrigatorio contra a doença e invalidéz a todos os proletarios e empregados publicos, cujos proventos não attingissem uma determinada quantia.

Cumpra ao Estado preparar o terreno para a implantação d'essa medida, que apenas será opportuna e efficaç quando as associações de socorro mutuo corresponderem ao fim a que se destinam.

3.ª—A curabilidade da tuberculose depende em geral do seu diagnostico precoce; e, para que este se realice no maior numero de casos, é necessaria uma boa organização dos serviços de assistencia publica. O Estado deve lançar as bases d'essa organização, por intermedio dos municipios, creando — *commissões parochiaes de assistencia publica* — constituídas por representantes de classes e por fórmulas que se não possam transformar em instrumento de politica partidaria. Essas commissões seriam autonomas entre si, obedecendo todas ao principio da — *descentralização e individualização dos socorros*. Mas para que os serviços de assistencia fossem devi-

damente coordenados — evitando-se abusos e corrigindo se erros — na sôde de cada municipio funcionaria uma — *commissão municipal de assistencia publica*, constituída pelos delegados das commissões parochiaes e pelos representantes de todas as instituições de beneficencia, de iniciativa particular.

4.ª—As associações de socorro mutuo podem ser um auxilium valiosissimo da assistencia publica.

Debaixo do ponto de vista do diagnostico e tratamento da tuberculose convém, porém, que os doentes dos monte pios sejam tratados com a maior assiduidade e que nos seus medicos se garantam as condições de independencia, necessarias para o bom desempenho de todo o serviço clinico. Para que isto se consiga o Estado não deve permitir que as associações façam d'esse serviço objecto de mercantilismo; e, da mesma fórma que estabeleceu um regimento para a venda dos productos pharmaceuticos, deve fixar uma taxa minima para a remuneração da assistencia clinica.

Parallelamente o estado pôde favorecer as associações, tornando effictivas algumas vantagens que a lei já lhes facultou (taes como subsidios especiaes em casos de epidemia e concessão de edificios publicos para sua sêde) e forçando as empresas industriais a contribuirem para os montepios com uma quota proporcional ao numero dos seus operarios associados.

5.ª—Ajuda, com o intuito de facilitar o diagnostico da tuberculose no seu inicio, o Estado, se não confia na efficaçia da legislação em vigor e na energia das auctoridades para acabar de vez com o exercicio illeganda medicina, poderia n'essa orientação recorrer a um processo mais summario, prohibindo expressamente que em todas as pharmacias do paiz aviessem sem receitas, que não fossem formuladas em impressos especiaes, carimbados pela Inspeção Geral dos Serviços-Sanitarios, impressos, que apenas seriam fornecidos a quem estivesse habilitado a fazer clinica.

6.ª—Determinando o regulamento dos serviços de prophylaxia da tuberculose que não continuem a exercer as suas profissões os tuberculosos empregados nos estabelecimentos de preparação e venda de generos alimenticios, assim como nas fabricas, officinas, escriptorios, hospitaes, creches e escolas, o Estado não pôde desinteressarse do futuro d'esses individuos por todas as considerações de ordem social e até mesmo para que tal disposição seja rigorosamente executada.

Por este motivo em quanto pelo seguro *obligatorio contra a doença* e pelo desenvolvimento progressivo das instituições de previdencia, os tísicos pobres não tiverem garantida a sua subsistencia e a de suas familias deve lhes ser concedido um *subsídio de invalidéz*, pago pelo Estado, se forem seus empregados, ou pelas empresas ou companhias em cujo serviço tenham adquirido a tuberculose.

7.ª—Os impostos excessivos sobre os generos alimenticios e as suas falsificações, além de constituirem um elemento muito importante na etiologia da tuberculose, são um embaraço para o tratamento dos tísicos, que necessitam alimentar se bem e abundantemente.

8.ª—Deve-se evitar o alistamento de tuberculosos no exercito, acompanhando se para isso as respectivas inspeções d'um exame demorado sob o ponto de vista do diagnostico da tuberculose e devem ser dispensados do serviço militar—sem mais delongas nem formalidades—todos os individuos em que aquelle diagnostico se torne positivo.

9.ª—A admissão nos Azylos de Infancia Desvalida dos filhos dos tuberculosos pobres, que se tractam nos domicilios, seria da parte do Estado uma providencia de grande alcance, que tornaria menos precarias as suas condições de vida e evitaria consideravelmente o contagio.

Afogado

Na quarta-feira ultima morreu afogado na ria, defronte da ponte de S. Gonçalo um pobre rapaz, moliceiro. Quebrando-se-lhe a vara, caiu do barco, não tornando a apparecer.

Veja-se a 4.ª pagina.

moços, naturalmente hostis ás companhias.

Mudou isso em Lisboa. No resto do paiz, porém, persistiu a mesma situação.

Eis a primeira grande vantagem do padeiro estrangeiro sobre o padeiro portuguez, além da espantosa differença, que é a questão capital, no preço do trigo.

A segunda, é que o numero de padarias é, n'esses paizes, tres e quatro vezes menor do que em Portugal, relativamente, é e era, á população.

Comprehende-se o prejuizo que, d'esse excesso, resulta para a industria nacional.

Em 1890 calculou a *Associação Commercial* de Lisboa, n'uma representação, o custo e o rendimento médio de 2, 4, 8 e 16 saccas de farinha, reduzidas á panificação diaria.

Uma casa, amassando e fornecendo 150 kilos de farinha, poderia despendir n'essa epocha, em Lisboa, com farinha, ordenado a amassadores e vendedores, a forneiro e caixaero, renda de padaria com forno, combustivel, contribuições e despesas diversas, 15:500 reis. Com 300 kilos de farinha já não despendia senão 28:745 reis. Com 600 kilos, 56:070. E com 1:200 kilos, 101:540 reis. As despesas não cresçam, como se vê, na proporção exacta do augmento da farinha amassada e fornecida.

Com 150 kilos, o lucro diario era de 0,7 por cento. Com trezentos kilos, de 9 por cento. Com 600 kilos, de 11,8 por 100. E com 1:200 kilos de 13,4 por 100.

D'aquí se vê a que extremos de penuria poderá conduzir a pulverização da industria.

Em Portugal, como tambem já dissémos n'uma outra carta, ninguém se quer arriscar a novos ramos de commercio e industria. Isso dá trabalho e entre nós ninguém morre d'amores pelo trabalho. Obriga a estudar e a pensar e entre nós pouco se estuda e pensa. Obriga a arriscar capitais e entre nós o capital é tão tímido e estúpido como tudo o mais. D'esta fórma todos se lançam, de cabeça baixa, no ramo commercial ou industrial já explorado. Do que resulta, a dois passos, um exgotamento, uma esterilidade completa.

Foi o que succedeu com as fabricas de moagem e com as padarias.

Por um lado os lavradores não aproveitaram a protecção escudalosa, que se lhes concedeu, para melhorarem, aperfeiçoarem, alargarem a cultura do trigo. Gausciosamente estupidamente ao mesmo tempo, o estupendo regimen cerealifero, unico no mundo, só lhes serviu para uma vil especulação. Tanto vendem trigo rijto, como vendem trigo molle, como vendem terra. Bom ou mau, liupo ou sujo, melhor ou peor, elle lá vae, á sombra d'uma lei que permite todos os abusos. Ralar, trabalhar, pensar, para quê?

Por outro lado as fabricas de moagem multiplicaram-se de tal fórma que só podiam viver á custa de falsificações, de mixordias, de contrabando, de mil peccas vergonhas. E o mesmo se deve dizer das padarias.

Impo-se, portanto, além d'uma reforma profunda da legislação, o limite das fabricas de moagem e das padarias, desde já. O das padarias já existe. Deve-se manter, enquanto durarem as condições actuaes. Não é quando outros ramos industriais e commerciaes estão pedindo limite que se ha de suspender aquelle que as necessidades publicas impozeram, e que está produzindo resultados beneficicos. O publico só ganhará com isso, pois é o consumidor quem paga, em ultima analyse, as peccas vergonhas, as falsificações, os productos ordinarios, enfim, d'uma industria arruinada. Como ganhou e continuará ganhando em Lisboa. A experiencia ahi, quanto ao pão, está feita.

Com o preço fixo das farinhas e do pão, com a facilidade de se pôr termo ao limite das padarias quando seja necessario, com o recurso das cooperativas, o consumidor tem todas as garantias de segurança.

Não pôde, nem deve, fazer o jogo dos manipuladores. Faça o seu, só o seu, que assim se procede nos paizes atilados e prudentes.

Essa deveria ser a norma, a regra, o objectivo dos nossos jornalistas, se vissem as questões de mais alto, as conveniências da nação, e as proprias conveniências partidarias. A. B.

A ÚLTIMA HORA

Consta que Carlos Braga propoz um lavour, em ordem do exercito, ao aferes de cavallaria que mandou carregar sobre os cidadãos pacificos, no Largo Municipal, na noite em que foi dissolvida a conferencia do sr. Antonio Luiz Gomes.

Que dizem?
Já não ha que admirar!
Entretanto, veremos e falaremos.

Tourada no Pharol

Realisa-se hoje uma tourada no Pharol da Barra d'Aveiro, em beneficio dos moços de forcado. Toma parte, como bandarilheiro, um filho do conhecido capitão picador de cavallaria 10, Moreira, além da sua *quadrilha*.

Está despertando grande entusiasmo por parte dos *aficionados* a corrida que se realisa hoje n'aquella instancia balnear.

MANIFESTAÇÃO
EM HONRA DE
JOSÉ ESTEVÃO

Continuamos a publicar as
adhesões recebidas:

Adhesões
dos Livre Pensadores

Ex.^{mo} Sr.—Em virtude do voto unanime da assembleia do Comité Nacional dos Livres Pensadores Portuguezes e dos delegados das aggregrações adherentes a este comité cumpre-me significar á Commissão Municipal Republicana e aos liberaes de Aveiro, por intermedio do jornal que V. Ex.^a tão vehemente mente redige, a nossa adhesão e o nosso applauso a toda a obra de protesto contra a reacção, e a nossa condemnacão de todos os attentados da auctoridade contra os liberaes d'essa terra.

O Livre-Pensamento deve ser o laço de concordia que nos una em face do inimigo commum.

Lisboa, 20 de agosto de 1904.

Pelo Comité Nacional dos Livres-Pensadores Portuguezes

Heliodora Salgado.

EX.^{mo} SR. REDACTOR DO «POVO D'AVEIRO»

Adhesões da Maçonaria

Grande Oriente Lusitano Unido—Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa.—Recebi da obsequiosa communicacão de V. Ex.^a, devo informar vos que este Grande Oriente se fará representar nas manifestações liberaes em homenagem a José Estevão Coelho de Magalhães por uma deputação do Conselho da Ordem, por deputações d'outros nucleos nossos filiados e por adhesões de outros constituidos na metropole.

Sentimos não podermos tornar mais intenso o nosso preito em honra do grande tribuno que foi gloria da patria e cuja memoria tão venerada é na cidade que lhe foi berço, por não caberem no tempo as nossas communicacões para illas, ultramar e outros pontos.

O Presidente do Conselho da Ordem, o Ex.^{mo} Sr. Luiz Filipe da Matta, deverá chegar a Aveiro no sabado á noite, hospedando-se no Hotel Central, e por elle receberéis a expressão do nosso sentir.

Vall., de Lisboa 12 de Agosto de 1904 (e. v. v.)

Ao Ilustre Presidente da Commissão Liberal de Aveiro.

Com subida consideracão
O Grande Secretario Geral
FEIO TERENAS.

Comprehendendo nitidamente qual a attitudé que todos os liberaes devem tomar em face do atrevido e aterrador desenvolvimento que a seita negra está tomando entre nós, e desejosos de prestar a nossa homenagem á memoria do grande tribuno das liberdades patrias, que foi José Estevão, tinha o nosso gremio resolvido fazer-se representar. Como porém nos chegaram particularmente, e pelos jornaes, informações de que as auctoridades d'aquella cidade, ligadas todas por secretos compromissos aos jesuitas, tinham prohibido as manifestações, tomamos a resolução de não irmos agora a Aveiro, aguardando-nos para quando outra manifestação d'esta natureza se realice ali ou em outra parte como indispensavel para mostrarmos aos reacconarios e ao paiz inteiro que nos achamos sempre alerta no nosso posto, combatendo pelo bem da patria e da liberdade.

Os reacconarios avançaram, mas é indispensavel que nós avancemos mais que elles para lhes tolhermos o passo, e que fortes e disciplinados desejemos a sua expulsão da nossa querida patria. Isto nos parece dever ser a constante preocupacão de todos os liberaes.

Coimbra, 12 de Agosto de 1904.

Gremio Pro-Veritate.

José Estevão e Elias Garcia vieram irmanados nas mesmas aspirações politicas. Companheiros nas luctas pelos progressos liberaes, ambos desceram ao tumulo abençoado pelo povo quô os teve por chefes, e

hoje enaltece e bem diz as suas honradas memorias.

Ambos foram Grão mestres da Maçonaria portugueza, e ambos pugnarão pelos direitos civicos e contra os abusos das congregações religiosas.

Nos dias que vão correndo, em que a reacção clerical se abalanga a todas as onzadias, o *Gremio Elias Garcia* a que tenho a honra de presidir, cumpre um gratissimo e indeclinavel dever, pedindo vos o presente nas homenagens á memoria do grande tribuno, e affirmo-is, que, todos os d'este gremio, saudam cordal e effusivamente os patriotas e liberaes, e democratas d'Aveiro.

Acceitae o nosso abraço fraternal.
Lisboa, 13 de Agosto de 1904.

O PRESIDENTE—*Feio Terenas.*

Com bastante pesar meu, porque por doença estou retido em casa, não me é possível comparecer ámanhã em Aveiro a tomar parte na alevantada homenagem prestada pelos liberaes á memoria do glorioso vulto que foi José Estevão Coelho de Magalhães. E venho rogar a V. Ex.^a, como quem n'este momento dignamente representa a mais notavel, prestigiosa e salutar Associação liberal d'este paiz, a honra de exprimir, perante a Commissão Republicana d'Aveiro, iniciadora de tão importante e util manifestação, os sentimentos da minha incondicional adhesão a todos os actos que tenham em vista glorificar o notavel candilho da Liberdade, credor sempre do respeito e veneração de todos os portuguezes, e mórmente n'este momento historico em que vae rudemente ferida uma talvez decisiva batalha entre a Liberdade e a Reacção.

Digne-se V. Ex.^a honrar-me accitando esta minha modesta e humilde representacão, com a sincera expressão do meu sentimento por não me ser possível comparecer, e ao mesmo tempo digne-se V. Ex.^a aceitar os protestos da minha alta consideracão como

De V. Ex.^a

mt.^o att.^o adm.^o e mt.^o grato

Coimbra, 13 d'Agosto de 1904.

Francisco José Fernandes Costa.

Os socios do Gremio Paz e Concordia, não podendo assistir ás manifestações liberaes que se devem realizar ámanhã, 14, n'essa cidade, enviam por esta fórma a mais vehemente adhesão e applaudem com todo o enthusiasmo os seus iniciadores.

Viva a Liberdade!

Lisboa, 13 de Agosto de 1904.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Luiz Filipe da Matta.

O Presidente—*C. D'OLIVEIRA.*

O Gremio «Sympathia e União» acompanha o povo liberal de Aveiro em todas as manifestações de protesto contra a ousadia de reacconarios e jesuitas, e condemna os excessos da auctoridade local coartando o legitimo direito dos cidadãos no exercicio da liberdade que o codigo politico da nação lhes garante.

Lisboa, 13 de Agosto de 1904.

O PRESIDENTE.

José Pinheiro de Mello.

TELEGRAMMAS

LISBOA, 14.—Gremio Civil do Monte adere manifestação.

CALHARIZ, 14.—A Secção Razão Triunphante confraternizando com os liberaes d'Aveiro sauda-os e adere á sua manifestação.

CALHARIZ, 14.—Gremio Liberdade adere enthusiasmicamente manifestação liberal a José Estevão Coelho de Magalhães—*Martim Moniz.*

FIGUEIRA DA FOZ, 14.—Homenagem a José Estevão. Persistindo na verdade caminhamos para a Liberdade—*Manuel Domingues da Costa Leite.*

LISBOA, 14.—Gremio Pureza associa-se manifestações a José Estevão symbolo e gloria das liberdades nacionaes.

Pelo presidente—*A. Fernandes.*

LISBOA, 14.—Gremio Montanha adere enthusiasmicamente manifestações liberaes.

Presidente—*Luiz Almeida.*

LISBOA, 14.—Grupo José Estevão associa-se a essa como a todas as manifestações de libertação de espiritos.

LISBOA, 14.—Gremio Commercio e Industria adere enthusiasmicamente todas as manifestações contra reacção—*Rodrigues Pitta.*

LISBOA, 14.—Em nome da loja obreiros do trabalho solicitamos presente nas solemnidades que se promoverem em homenagem á memoria do que foi protestante e illustre grão mestre José Estevão—*Pinheiro, Tabor da e Santos Oliveira.*

Adhesões

das Classes Trabalhadoras

Ex.^{mo} Sr.—Em sessão do Conselho da Direcção d'esta collectividade, effectuada em 11 do corrente, foi resolvido, em virtude da noticia official da não realisacão da manifestação liberal em honra da memoria de José Estevão, officiar a V. Ex.^a dando-lhe conta da nossa adhesão sincera e enthusiasmica ao protesto da Commissão a que V. Ex.^a preside contra os manejos clericales.

Por lapso, porém, deixou-se de opportunamente dar conta a V. Ex.^a d'esta resolução.

E' o que, em nome do Conselho, venho fazer agora, assegurando a V. Ex.^a e aos restantes membros d'essa Commissão, a mais subida consideracão e a solidariedade em qualquer acto que tenha por fim levantar o nivel moral da populacão portugueza, adormecida pelos narcoticos repugnantissimos da hypocrisia clerical.

Saude e Solidariedade.

Villa Nova de Gaya e secretaria da Associação de Classe União dos Trabalhadores do Porto e Gaya, 18 de agosto de 1904.

Pelo Conselho da Direcção.

Ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Commissão Municipal Republicana de Aveiro.

O 1.^o SECRETARIO

João da Silva Braz.

CARTA DO PORTO

(Esta correspondencia foi-nos enviada para ser publicada no ultimo numero, e era esse o nosso desejo. Infelizmente não foi possível, pela quantidade de adhesões a que tivemos de dar sahida e que não podemos publicar por inteiro. Mas, por ser hoje publicada a correspondencia, não perden ainda do seu interesse, visto que a questão continua na ordem do dia.)

Redacção do «Povo de Aveiro».

Mens amigos.—Só os acontecimentos que ultimamente se dêram em Aveiro, patria do grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães, é que me fizeram dar accordo de mim, pois com o meu silencio já de mezes para com o «Povo de Aveiro» e seus leitores, era de supor que eu tivesse cahido n'um somno profundo para nunca mais dar um ar da minha graça!

Mas, se assim o julgavam, enganaram-se d'esta vez. Tenham paciencia. Eu cá estou no meu posto, para dar de vez em quando noticias dos acontecimentos mais importantes que se dêrem n'esta terra das tripas.

Continua sendo muito commentado pelos cafés, cervejarias, restaurantes, bilhares, etc, etc, o procedimento que teve esse governador civil—Carlos Braga—com a commissão dos festejos á memoria de José Estevão, ou para melhor dizer, com todos os liberaes d'Aveiro, que n'esta questão é toda a cidade, fóra um ou outro reacconario, aos quaes para desprezo, devem virar as costas, mas vergalhando-os sempre quando algum queira levantar o focinho.

Um governador civil que assim procedem com uma cidade inteira, não deve nem pôde estar á frente da administração d'um districto. Por aqui dizem: se Carlos Braga tivesse só um bocadinho de vergonha, tinha pedido já a sua demissão. Assim está desautorado do seu posto e a comprometter cada vez mais o governo que se verá obrigado, pela imposição da cidade, a pol-no olho da rua por... e má figura. Os supplementos do «Povo de

Aveiro», que aqui teem sido distribuidos, são lidos com o maior enthusiasmo e commentados depois, como deve ser, pela maneira como um *bigodinho* mandou espadeirar o povo d'essa cidade sem que elle desse motivo para isso.

O supplemento, que aqui foi hoje distribuido, fez grande sensacão. «O Norte» publicou-o hoje todo.

Por hoje fico por aqui e associando-me aos illustres liberaes do Aveiro, tambem d'aqui levantarei a minha voz! Viva a memoria de José Estevão! Viva o Povo de Aveiro! Vivam os liberaes d'Aveiro! Vivam os liberaes de todo o paiz! Viva a liberdade!

Abaixo a reacção.

19-8-904.

D. C.

ESTABELECIMENTO DE MERCEARIA

—DE—

Albino Pinto de Miranda

(LARGO DE MANUEL MARIA)

AVEIRO

Commissões e consignações. Deposito de petroleo, sabão e azeite. Sortido completo de vinhos da Companhia Vinicola e da Associação Vinicola da Bairrada. Vinhos finos do Porto e da Madeira, especies. Champagne nacional e estrangeiro, cervejas de diversas qualidades, licôres e aguardentes, generos de mercearia; bolachas e biscoitos das principaes fabricas do paiz, pelo preço da tabella; fructas seccas, chourissos do Alentejo e banha da terra. *Chumbo, cartuchos e mais petrechos para caça*, corda, fio e linha de pesca. Uma variedade enorme de miudezas. Objectos de escriptorio, etc, etc, etc.

Pechinchas para liquidar:

PRATOS da fabrica de louça de SACAVEM A 450 E 360 REIS A DUZIA, e o resto do seu sortido de louça ven le por preços muito resumidos.

EMPREZA CERAMICA

DA

FONTE NOVA

DE

Mello Guimarães & Irmãos

AVEIRO

FABRICA a vapor de telha do systema de Marseilha, feita pelos processos mais modernos e aperfeiçoados.

Encontra-se á venda n'esta fabrica grande quantidade de telha franceza e seus accessorios, e bem assim outros artigos para construcções, taes como: azulejos para revestimento de paredes de variados gostos, vasos para frontarias, siphões, balaustres, manilhas, etc., productos que rivalisam com os das principaes fabricas congengeres do paiz.

Tejolos de varias dimensões.

PREÇOS MODICOS

ESTABELECIMENTO DE MERCEARIA E FERRAGENS

—DE—

ANTONIO FERREIRA FELIX,

Filhos (Successores)

N'ESTE antigo estabelecimento vendem-se ferragens nacionaes e estrangeiras, taes como: ferro em barra e em chapa, zinco, folha zincada, faqueiros de Guimarães e estrangeiros, paz de aço, ratoeiras de ferro e arame, fechos, fechaduras e dobradiças, panellas de ferro fundidas e estanhadas, chaços de ferro, fogareiros, pulverisadores de diferentes marcas, arame para ramadas, réde para vedações, alvaiades, vernizes, drogas, tintas preparadas e em massa, mercearia, madeiras, etc., etc.

MODICIDADE DE PREÇOS

RUA DIREITA N.º 43 a 45—AVEIRO